

GESTÃO ESCOLAR PARTICIPATIVA: A RELEVÂNCIA DA FAMÍLIA NO PROCESSO EDUCACIONAL

Management school participatory: family of relevance in the educational process

Erivan Xavier dos Santos

1 Introdução

Este artigo debate o grande valor da Gestão escolar participativa destacando a grande importância da família na formação do educando. Os objetivos adjacentes visa dar destaque a informações respectivas à gestão escolar que lhe distinguem ser elemento necessariamente necessário para uma educação de qualidade e que seja comprometida com a formação discente de qualidade.

Ao discutir esse caráter imprescindível da forma de gerir a escola com qualidade, neste artigo a afere com o campo democrático. Entende-se que, por deliberações gerais, a gestão escolar, precisa ser regulada em fundamentos democráticos. Nesse sentido, A LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação (lei 9394, de dezembro de 1996) formaliza e institui a gestão democrática nas escolas. Entretanto, há poucas instituições de ensino no Brasil regidas em conformidade com a legislação educacional do país. Dessa forma pouco se vê o envolvimento efetivo dos pais dos educandos como da sociedade em geral na gestão das instituições educacionais.

Portanto, através deste trabalho se propõe destacar subsídios essenciais de forma que se pense essa problemática tanto da compreensão quanto da execução da gestão popular na rede pública brasileira de ensino, enfatizando a participação da família do educando no processo de educar. No referente trabalho, na primeira parte, define-se o termo gestão escolar participativa. Na parte a seguir se questiona, a visão real da gestão em algumas escolas públicas do país, indagando que que ponto existe de fato uma condição democrática e concluindo se discute a importância da família na gestão democrática para a formação do educando.

2 Gestão escolar participativa - definição do termo

Nas relações sociais nas quais predomina o domínio do homem sobre o homem, a centralização do poder dominante nas mãos de uma minoria ou de um indivíduo é fato inquestionável, na área da gestão escolar, muitos são os trabalhos que estudam, descrevem, analisam ou têm em perspectiva formas de se conduzir a política escolar voltada mais à divisão desse poder (Souza, 2007).

O termo democracia tem sua origem na Grécia Antiga (demo=povo e kracia=governo). O princípio de governo democrático foi desenvolvido em Atenas. No entanto esse regime grego tem sido discutido em sua origem devido uma boa parte da população grega não tomar parte nas decisões, que era privilégio apenas dos cidadãos gregos, sendo, pois que uma parte significativa da população grega era formada por estrangeiro, dos quais a maioria era escravos.

Muitos séculos depois ainda se discute se de fato existiu ou se existe a democracia na prática assim como na teoria que garante a autonomia das decisões importantes aos cidadãos de forma direta ou indireta por líderes escolhidos pela maioria. No entanto, com base nesse conceito compreendemos que a democracia é de fato a participação do povo nas importantes decisões que estão diante da sociedade visando o bem comum.

2.1 Gestão participativa na escola

Compreendemos pela definição de democracia, como característica principal a aceitação da participação conscienciosa elucidada dos que estão de certa forma ligados à escola, ou outra instituição, participarem das decisões em todas as esferas que são determinantes para o funcionamento desse veículo institucional. Seja em planejamentos, orientação, administração e execução do que concerne ao pleno andamento da escola como em outra instituição. Com certeza as instituições formais de ensino que associa a viabilização de uma escola gerida pela participação comunitária proporciona ao processo pedagógico a democracia, onde se estabelece e fortalece a participação consciente dos que estão ligados ao processo educacional positivos resultados. Conforme (Maranaldo, 1989, p. 60), a Administração Participativa é o conjunto harmônico de sistemas, condições organizacionais e comportamentos gerenciais que provocam e incentivam o envolvimento de todos no processo de administrar. Visando através dessa participação, o comprometimento com os resultados não deixando a organização apresentar desqualificação.

Como se pode perceber a gestão participativa na educação não é o que pode se afirmar que seja algo fácil, pois exige a ação incessante do gestor que está inserido diretamente em todo funcionamento da escola, desde administração como na elaboração do projeto político pedagógico, liderando uma equipe no qual o objetivo de todos é o sucesso no resultado final. Conforme a gestão democrática no ambiente escolar é aperfeiçoada, a ação coletiva proporciona variáveis alternantes que levam a melhoria do resultado final que é o aprendizado do e formação cidadã do discente. Sendo que o projeto pedagógico elaborado tendo em vista o envolvimento da sociedade local como do âmbito escolar, que com a ação do corpo profissional tendo por base a realidade local, busca as cabíveis soluções.

Libâneo (2004) cita que um dos principais atributos básicos do professor, é a sua participação intensiva na gestão e organização da escola, colaborando nas decisões organizacionais, administrativas e didático-pedagógicas.

A autonomia na escola só existe de fato quando os educadores tem a possibilidade de expressarem suas opiniões na construção do projeto político pedagógico, isso acarretara a classe docente o encargo e o reconhecimento do valor que é dotado.

Libâneo (2004, p.41) destaca ainda que

Os que dirigem a escola necessitam auxiliar os educadores, a partir da reflexão sobre a prática, a analisar seus conceitos atuais e os valores que apoiam, a contribuir com a alteração desses conceitos e valores tendo como base as necessidades dos educandos, da comunidade e os processos de ensino-aprendizagem.

Em relação ao ensino e aprendizagem com gestão participativa, o professor como um mediador cria possibilidades ao aluno acessar a diversos tipos de saber, a adquirir uma variedade de habilidades intelectuais, da pratica e também a aquisição de costumes e valores morais relevantes na sociedade. Dentro da perspectiva democrática as escolas passam a exercer um interesse pelo desenvolvimento do profissional, como em tornos das metas sugeridas tornam eficientes às metodologias implantadas. Dessa forma o insucesso fica impossibilitado de ocorrer, tendo em vista o contesto vivenciado pelos alunos de perceber a ação coletiva nas decisões, projeto e desempenho no domínio escolar. Além de favorecer ao educando, assim como seus responsáveis a possibilidade de exercer também em outras esferas da sociedade o papel de cidadão participativo nas transformações que a sociedade necessita.

Uma gestão compartilhada assemelha-se mais ao poder decorrente da capacidade humana de agir em conjunto com outros, construindo uma vontade comum, (Arendt e Bobbio, 2000).

2.2 O desempenho do gestor escolar

Em todas as esferas gestativas da sociedade atual há uma tendência de descentralizar a administração, não se ver mais com bons olhos uma administração centralizada por aqueles tidos como mais esclarecidos da sociedade. Ultimamente, muitos trabalhadores da educação nas escolas também têm compreendido a necessidade de um profissional com as qualificações necessárias às ações educacionais, entretanto com perfil gerencial, que seja participativo.

Vários autores, e mesmo alguns governantes tem sinalizado para um novo perfil do gestor escolar. Tendo em vista que uma gestão educacional centralizadora tem apresentado deficiências administrativas ocasionado pela sobrecarga imposta ao diretor, como além de determinar o fracasso escolar de muitos educandos. Enquanto alguns alunos se juntam as estatísticas como desistentes fracassados e conseqüentemente marginalizado socialmente, outros saem da escola preparados unicamente para prestar um vestibular, sendo que dentre esses pouquíssimos adentram aos portais de uma universidade. Porém algumas escolas não tem de fato formado cidadãos participativo conforme prevê a legislação educacional brasileira, capaz de interferir nas mudanças constantes que a comunidade demanda continuamente. Mesmo em algumas escolas que tentam se democratizar é atribuído ao diretor à responsabilidade centralizada por essa mudança. Em algumas unidades escolares se tem percebido até a mudança de nomenclatura referindo-se ao diretor; como gestor, entretanto, conhecemos que uma simples mudança de terminologia não pode ocasionar nas mudanças que a escola necessita.

A implantação e a manutenção de uma atitude participativa na escola determina a necessidade do envolvimento de todos os que de forma direta ou indireta estão envolvidos com as tarefas do diretor nos assuntos políticos, pedagógicos e administrativos da educação, objetivando que ele colabore da melhor forma para a laboração e implementação de sugestões que considerem a maioria. E não prevalecendo o modelo de gerência escolar, que assegura a função do diretor mais com o perfil de um administrador. Com relação à forma passada de gerir uma escola o diretor passou até por uma espécie de administrador de contextos comerciais dentro do ambiente escolar. Isso contribuiu com sérias perdas para as instituições

educacionais de forma geral como argumenta (Libâneo, 2004) Professores que se elegiam diretores, tinham que exercer tarefas administrativas, submetendo a até cursos de treinamento gerencial, sendo que, por exemplo, poderiam investir na educação continuada pedagógica, visando sempre o aperfeiçoamento da capacidade analítica para tratar de assuntos da educação.

Contudo para que se possam desempenhar funções administrativas, principalmente em termos educacionais é de suma importância que quem assume tal função, necessita ter formação e experimento gerencial, administrativo, por se priorizar a gestão popular não significa que qualquer um do âmbito educacional, mas sem as competências cabíveis possa assumir tal função.

Devido essa necessidade os estabelecimentos de ensino superior tiveram que criar cursos de especializações propostos à formação dos diretores, inspetores, supervisores, orientadores, coordenadores, sendo cada um conforme suas específicas qualificações, contudo priorizando a difusão de ferramentas funcionais para a gestão da escola. Apesar disso não foi possível transformar a tradição que atribui ao diretor à função de um gestor responsável praticamente por toda a função nos termos administrativo geral do estabelecimento.

Uma divisão de responsabilidades administrativas deveria incluir um diretor que fosse eleito pelo corpo da escola e pela comunidade escolar, juntamente com um vice e que assumisse os assuntos administrativos, coordenadores e supervisores respondendo pela parte pedagógica. Seguido a isto, um conselho formado por pais e alunos representantes dos professores, além de outros representando setores da comunidade para a preparação e aplicação da proposta política pedagógica, deixando claro que esse conselho seja escolhido por meios democráticos entre seus componentes em suas respectivas áreas.

No entanto embora a eleição do gestor escolar esteja previsto na LDB, essa eleição não tem sido uma realidade na maioria das escolas públicas do Brasil, principalmente nas regiões em que a educação foi municipalizada, os prefeitos asseguram tais funções a seus apadrinhados alegando que a gestão escolar é cargo de confiança, mantendo assim uma espécie de máquina eleitoral. Sendo assim como tais escolas pode ter gestão participativa se o gestor é indicado de forma totalitária e não eleito?

Conforme (Chiavenato, 1994, p.151). “O líder autocrata domina pela fraqueza de seus subordinados e não pelas suas qualidades ou pelo aparente poder de que dispõe” De forma alguma uma escola participativa deve ser gerida com a concentração de múltiplas

poderes e funções em uma pessoa apenas. A escola precisa ser dirigida pelo grupo, privilegiando o debate e decisão sempre na esfera coletiva e nunca priorizando o individualismo ou um grupo minoritário. “Numa organização de autogestão a coletividade exerce os poderes do governo por meio da ação direta” afirma (Fonseca 1994, p. 88). Isso denota um procedimento político vinculado à decisão da maioria, tomada pela maioria, em benefício da maioria.

Para (Apple e Beane, 1997, p.39). O fato da gestão democrática com a palavra “nós”. Proclamam a necessidade desta coletividade da seguinte forma, “[...] é preciso lembrar quem somos “nós”. As escolas democráticas precisam basear-se numa definição abrangente de “nós”, num compromisso de construir uma comunidade que é tanto da escola quanto da sociedade onde ela existe”.

O Conselho escolar é uma proposta de gestão popular que provavelmente pode ser bem sucedida, em que seus membros possam discutir a proposta pedagógica levantando as soluções para desenvolver o processo educacional no dia-a-dia escolar. No entanto essa teoria ainda não pode ser vista plenamente na prática, pois esbarra na herança cultural histórica da centralização de funções que não somente a educação tem acumulado como também vários setores da sociedade brasileira. Essa herança centralizadora inibe o bom funcionamento dos conselhos participativos, no entanto com um bom gestor pode se criar a cultura da participação.

3 A participação da comunidade na gestão escolar

Por vários anos após o surgimento das primeiras escolas, essa era restrita a grupos dominantes minoritários, Segundo Bock et al. (2002), a democratização da escola só se tornou possível quando as classes trabalhadoras se organizaram e se fortaleceram passando a exigir o direito de terem seus filhos na escola, ou seja, a ascensão à civilização e ao conhecimento dominador. Dessa forma, a escola universalizou-se, não ficando somente restrita à burguesia aristocrática. Tendo em vista que a burguesia também necessitava de mão de obra e um consumidor mais qualificado no pós-revolução industrial. Na área da educação, se percebe uma tendência à popularização do ingresso à escola, e apenas depois disso, priorizar as políticas públicas direcionadas para a gestão das instituições de ensino o que se dá muito lentamente. Como se percebe a alteração do ensino básico de oito para nove anos como resultados de vários anos de estudos nesse aspecto (Brasil, 2008).

Alguns investigadores da educação têm notado procedimentos de cunho político que de certa forma prioriza aspectos financeiros e outros interesses em prejuízo da equidade e do alargamento democrático das escolas de forma geral. A história tem demonstrado desde o início da colonização que o brasileiro tem opinião delicada, flexível, conforme as influências que sofreu em promoção aos interesses individuais.

Libâneo (2004, p.79), assegura que

A participação é o principal meio de se garantir a gestão popular da instituição educacional, possibilitando a inclusão de profissionais e usuários no procedimento de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar. Além disso, proporciona um melhor conhecimento dos objetivos e metas, da estrutura organizacional e de sua dinâmica, das relações da escola com a sociedade, e favorece uma aproximação maior entre professores, alunos, pais.

Nas escolas públicas do Brasil tem sua história marcada pela centralização do poder gestor centrado numa minoria restrita, entretanto ultimamente depois do projeto de lei que define uma gestão democrática para os sistemas educacionais, tem se falado, discutido muito sobre a democratização da gestão escolar. Para Romanelli (1978) nas décadas de 70 e 80, vários movimentos políticos e cívicos se empenharam em busca da cidadania democrática, como instituição, e isso alavancou a questão da gestão democrática também no âmbito educacional. A população do Brasil se cansara do autoritarismo e repressão, rejeitavam totalmente que uma minoria definisse a sociedade, visões de mundo, valores, fatos, normas, e metodologias de educação, sendo isso uma interferência social, cultural e até mesmo de vida e prosperidade desta sociedade.

Há várias escolas com ótimas estruturas físicas, mas que a prática pedagógica é muito conservadora. Existem outras, que mantem ações pedagógicas burocratizadas impedem o avanço das melhorias necessárias para o ensino aprendizagem. Há também o caso de muitas que possuem a teoria da prática pedagógica eficiente, porém a falta de direcionamento impede que sejam aplicadas. Sendo assim percebe a carência da execução de procedimentos educacionais de qualidade pelo fato de tanto o corpo docente da instituição educativa como a comunidade não se sentirem de fato ligados na função de educar e, responsáveis por um bem comum, que é a função educativa.

O processo democrático educacional onde se ver o exercício da cidadania, forma uma consciência participativa que transpõem o ambiente escolar, e abrange toda a sociedade em geral formando assim uma sociedade melhor para se viver. Gera conveniências no qual aqueles que estão envolvidos possam aprender a participar e a habituar-se em conformidade com o exercício da democracia. As decisões tomadas nos aspectos gerais do âmbito escolar no processo educacional onde a gestão é popular ensinam a formar uma mentalidade questionadora, a qual analisa de forma crítica as circunstâncias do cotidiano, a decidirmos de forma coletiva, a termos respeito as opiniões que diferem as nossas, cooperando para a cidadania se desenvolva plenamente nos convívios sociais, familiares e profissionais.

Para Wallon o desenvolvimento está atrelado às mudanças fisiológicas tendo o meio influência direta sobre a personalidade. Vygotsky aposta nas relações humanas como constituinte da formação humana. Piaget lança a ideia da projeção futura que o educador deve considerar no processo de ensino aprendizagem. Então, se percebe, a partir destes três teóricos da psicologia do desenvolvimento que a afetividade da criança é desenvolvida mediante a sua vivência no meio social e familiar. A interação é a base para o crescimento de qualquer pessoa, e a escola tem um papel imprescindível para pôr em prática essa interação afetiva. “Por que afetividade? Por que é a base da vida. Se o ser humano não está bem afetivamente, sua ação como ser social estará comprometida, sem expressão, sem força, sem vitalidade (Rossine, 2001, p. 16)”. Esta interação afetiva proporcionada pela escola gera cidadãos participativos. Considerando que o aluno aprende também através da família, dos amigos, das pessoas que ele considera significativas, dos meios de comunicação, do cotidiano em geral.

3.1 A relevância da família no processo de ensino

Para Bock e Odair (2002) é a família quem institui o primeiro contato social da criança. Por seu papel básico, ela é chamada de célula mãe da sociedade já que é responsável transmitir os valores ideológicos para a criança. Sua função social está em transmitir valores que compõem a cultura, aperfeiçoando as gerações segundo padrões dominadores e hegemônicos de valores e de procedimentos, tendo assim um caráter conservador e de manutenção social. Uma das chaves para romper com essa hegemonia é uma escola democrática e progressista.

É óbvio que a competência educacional não é cabível unicamente a escola, pois essa tarefa é de responsabilidade social tendo como base desse processo a família. A escola sozinha não tem de forma alguma habilidade de gerir essa função, por isso precisa compartilhar essa responsabilidade levando em consideração que a maior parte da vida do educando é passado em convívio com a família em sua casa. A escola necessita reforçar essa parceria despertando o interesse dos pais, ainda os motivando a ajudarem na execução das tarefas escolares, pois isso faz com que este aluno tenha um maior desempenho nos âmbitos gerais de sua vida estudantil.

Muitas vezes os pais acreditam que apenas mandar os filhos para a escola já está bom. Alguns até os deixam em frente à escola, mas nem mesmo sabem como é o dia-a-dia de seu filho lá dentro. O que pode e precisa ser mudado! Não é suficiente apenas os pais se preocuparem e que estejam presentes nas escolas, mas acompanharem e terem também a aptidão de percepção para compreender quando seu filho não está exercendo adequadamente em alguma disciplina e buscar soluções: seja eles próprios ajudando-os a pesquisar, ou mesmo buscando auxílio de professores privados para que estas deficiências sejam providas. Os fatores básicos para o desenvolvimento do indivíduo é a convivência sadia em família, a inclusão da criança no meio escolar, a relação com professores e familiares, convívio com colegas. Tudo isso são fatores cruciais para assegurar seu desenvolvimento social. Perceber o sujeito como sendo parte de um princípio, organizado, com indivíduos que mantem uma interação entre si, onde influencia e ao mesmo tempo é influenciado pelo todo.

Piletti (1987, p.185) assegura que

O conhecimento da família do aluno é indispensável para a eficácia do trabalho escolar. Embora tal conhecimento seja essencial para o professor, a escola, através do serviço de intercâmbio com a sociedade, pode fazer tais visitas e colocar as informações à disposição dos professores.

No entanto ultimamente a maioria tanto de pais como mães estão inseridos no mercado de trabalho e sendo assim nem sempre os pais terão tempo disponível para entender e ajudar nos problemas gerais do seu filho no âmbito escolar. Contudo o sucesso do filho depende muito da participação efetiva dos pais em sua vida estudantil. Essa participação é imprescindível para o êxito escolar, além de outros contributos importantes, a criança ao notar o interesse de seus pais se motiva e conseqüentemente tem um desempenho muito melhor,

Assim sendo pais e professores devem ser estimulados a buscarem formas que resultem e condições de ajuda mútuas.

Para se obter uma aprendizagem de sucesso os pais precisam se envolverem não apenas na criação da proposta pedagógica escolar, mas no cotidiano dando contribuição para que a meta sugerida pelo projeto pedagógico seja aplicada na prática. Também não basta só como uma boa parte de pais costumam apenas levar os filhos à escola, tem de fato que acompanhar na realização das tarefas e trabalhos escolares, e estarem ativamente presentes no âmbito da escola. Para Heidrich (2009), a escola foi instituída com a finalidade de servir à comunidade. “Por isso, ela tem a obrigação de prestar conta de seu trabalho, explicar o que faz e como conduz a aprendizagem das crianças e criar mecanismos para que a família acompanhe a vida escolar dos filhos (p. 25)”.

No entanto essa contribuição dos pais não se deve nunca em os pais fazer as tarefas escolares dos filhos, mas auxiliá-los, ensinando-os a pesquisarem e desempenharem as tarefas por si próprias, o contrário, terá uma aprendizagem deficitária. Nesse caso, a gestão da escola necessita proporcionar essas orientações, para que assim os pais contribuam de forma eficiente suas respectivas funções no processo de ensino aprendizagem.

Chalita (2001, p.1180) garante que

Eis o princípio básico que favorece a construção da cidadania: educar para uma convivência pacífica, harmônica, feliz. Educar para o respeito, para se obter a troca de experiências, para o trato com o outro e consigo mesmo. Educar para que todas as vicissitudes sejam enfrentadas com galhardia.

Conforme Romanelli (2007) essa responsabilidade não é apenas da escola, é de toda a sociedade, a começar pela família. Ao mesmo tempo em que se transforma, pelo desafio que aceita e que lhe vem do meio para o qual volta sua ação, o homem se educa. E, na medida em que comunicam os resultados de sua experiência, ele ajuda os outros homens a se educarem, tornando-se solidário? Quanto à relação entre envolvimento e participação.

Demo (2001, p.19-20) afirma que

Muitas desculpas são justificativas do comodismo, já que participação supõe compromisso, envolvimento, presença em ações por vezes arriscadas e até temerárias. Por ser um processo, não pode também ser totalmente

controlada, pois já não seria participativa a participação tutelada, cujo espaço de movimento fosse previamente delimitado.

Isso de fato é o grande problema da implantação desenvolvimento e manutenção da gestão pública na escola, a participação exige trabalho e muitos não querem se comprometer com atividades trabalhosas. A escola e a família constituem-se como uma equipe. É fundamental um grande esforço por ambas as partes para estabelecerem os princípios e critérios que consolide o alcance das metas e objetivos que desejam atingir. A educação do cidadão necessita da ação ativa dos pais nesse processo, isso não apenas na comunidade escolar assim como no espaço familiar. Essa sociedade entre escola e família na educação dos filhos só se estabelece quando ambos encontram formas particulares de desenvolverem uma relação compatível, conforme a realidade de pais, professores, alunos e direção.

É provável, enfim, admitir que o envolvimento direto dos pais na formação escolar de crianças e adolescentes são indispensáveis; entretanto, é necessário que este envolvimento seja um envolvimento de qualidade. Existem diferentes subsídios que escola e família podem oferecer, propiciando o desenvolvimento do educando. Como propostas seguem abaixo alguns critérios tanto para família como para a unidade escolar, observado em algumas escolas onde predomina a participação harmoniosa e eficaz de ambas as partes. Em relação à família:

- selecionar a escola que melhor o filho se adapta de forma criteriosa que garanta a certeza de uma educação de qualidade;
 - manter o diálogo com o filho sobre o conteúdo que a escola está aplicando;
 - exercer as normas formadas pela unidade escolar de forma conscienciosa;
 - proporcionar ao filho autonomia através da auto resolução de determinados problemas que venham a surgir na escola, sobretudo em relação a socialização;
 - priorizar a frequência com a escola, especialmente nas reuniões para informar e ser informados com relação o andamento do aluno no período letivo.

Em relação à escola:

- colocar em prática o parecer pedagógico elaborada com o envolvimento da família, coerentemente conforme os processos e atitudes cotidiano;

- dar autonomia ao aluno para expressar-se na unidade escolar, sendo que este seja estimado como componente principal do procedimento educativo;
- marcar reuniões periódicas, receber a família prazerosamente, esclarecendo a atuação do educando e exercer o papel de conselheira diante das circunstâncias que exijam auxílio;
- garantir que os educandos sintam-se sujeitos inseridos na participação das atividades culturais, esportivas, entre outras oferecidas pela escola;
- manter o corpo docente e recursos sempre atualizados, propiciando uma boa gestão que favoreça um ensino de qualidade aos alunos.

A parceria da família com a escola sempre será essencial para a ocorrência da educação de qualidade. Logo, pais e docentes necessitam serem fiéis companheiros nessa caminhada do desenvolvimento educacional da criança.

3.2 Ação participativa gera autonomia adequada

É possível reafirmar a relevância de uma relação de sociedade entre família e escola, ambos tendo atribuições e responsabilidades iguais, para boa ação do educando no processo ensino aprendizagem na unidade escolar. Escola e família são as colunas da educação, apesar dos avanços da educação democratizada, a escola necessita, ainda, abrir espaços de ponderação para a participação dos pais, tendo por base o conhecimento prévio que eles possuem auxiliando-os, para que de certa forma se sintam inseridos e como peças valorosas no meio educacional numa política de gestão democrática de ensino, onde as escolas tenham autonomia real para adaptar seus planos as suas realidades, atendendo assim, às demandas de sua comunidade, sendo capazes de assegurar a realização do direito à educação de qualidade a todo cidadão. A educação vista além do ambiente escolar, comprometida não apenas com a instrução de conteúdos disciplinares, mas também, comprometida com a formação para a vida.

4 Últimas considerações

A gestão educacional participativa abrange grandes responsabilidades, tanto nas decisões tomadas, quanto as distintas categorias e segmentos que envolvem todo o sistema de educação. Dessa forma, os centros de ensino, podem praticar internamente, a resolução dos

problemas próprios da unidade que atuam como também ajustar estas resoluções às suas precisões e perspectivas.

Esta conjectura de autonomia não tem a carência de pôr fim ao vínculo do centro de ensino com o órgão geral de educação que a sustém. A autonomia tem suas limitações, contudo, as ações decididas pelo grupo são admissíveis pela ação de uma coordenação geral, sugerirá conseqüentemente uma participação da coletividade. A estabilização entre as diferentes partes é o desafio a ser alcançado: o aparelho a que a escola é conduzida e a ação participativa da sociedade, através de vários órgãos que possam representar a exemplo disso, o conselho escolar.

Tem se percebido nos anos recentes, apesar de não ser de forma generalizada, percebemos algumas tendências nas quais a educação seja vista como um organismo de coparticipação, por aqueles que estão envolvidos de forma direta ou indireta com a educação na comunidade, que são as organizações não governamentais, entidades culturais, famílias e mesmo empresas. Não se é possível imaginar em gestão participativa da escola sem o envolvimento da comunidade, no entanto cabe à escola saber solicitar, conscientizar, convidar e a prover estímulos ao envolvimento dos pais e alunos e toda a sociedade de forma geral. E não se trata apenas da participação de pais em eventos sociais que rotineiramente as escolas promovem como momentos cívicos, festividades regionais, entre outros que se é comum ver nas escolas, mas de fato em todas as esferas do ensino aprendizagem.

É importante que a escola ao lado com a comunidade compartilhe experiências e desenvolvam as questões envolvidas no seu dia-a-dia, procurando compreender as realidades de cada circunstância, tendo em vista que tudo que inclui os alunos se relaciona de alguma maneira, com a família e vice-versa, bem como basicamente tudo relacionado aos alunos tem conexão, sob algum ângulo, com a vida escolar. Assim, é de responsabilidade da escola e dos pais a preciosa tarefa de transformar a criança imatura e inexperiente em cidadão maduro, participativo, atuante, consciente de seus deveres e direitos preparado para a vida.

É preciso aceitar essa realidade na qual uma participação ativa, respeitosa e compromissada com os cidadãos em geral é fundamental para uma sociedade mais justa e que é possível a partir da base que se disponibiliza para esse fim que é a educação. A partir da relação saudável dessas instituições; escola, comunidade e tendo por base a família, visem encontrar caminhos para seus conflitos relacionais e fornecer subsídios a fim de que se estabeleça entre si uma melhor interlocução e conseqüentemente uma educação melhor e um mundo melhor.

5 REFERÊNCIAS

- APPLE, M. BEANE, J. 1997. *Escolas Democráticas*. São Paulo, SP: Cortez.
- BOBBIO, N. et al. 2001 *Dicionário de Política*. Brasília: Editora UnB.
- BOCK, A. M. B. FURTADO, O. TEIXEIRA, M. L. T. 2002. *Psicologias: Uma introdução ao estudo de Psicologia*. São Paulo: Saraiva.
- BRASIL. 2004. *MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília: MEC.
- BRAVERMAN, H. 1980. *Trabalho e capital monopolista*. Rio de Janeiro: Zahar.
- CHALYTA, G. 2004. *A solução está no afeto*. São Paulo: Editora Gente.
- CHIAVENATO, I. 1994. *Gerenciando pessoas: o passo decisivo para a administração participativa*. São Paulo: Makron Books.
- DEMO, P. 2001. *Participação é conquista*. São Paulo: Cortez.
- FONSECA, J. P. 1995. Planejamento educacional participativo. *Revista da Faculdade de Educação, São Paulo, volume 21, n.º 1, p. 71-112, jan./jun.*
- HEIDRICH, G. 2009. O direito de aprender. *Revista Nova Escola, São Paulo, Guia do Ensino Fundamental de 9 anos, n.º 225, p. 14-14, abril.*
- LIBÂNEO, J. C. 2004. *Organização e Gestão da Escola: teoria e prática*. Goiânia, GO: Alternativa, 319p.
- MARANALDO, D. 1989. *Estratégia para a competitividade*. São Paulo: Produtivíssimo.
- ROMANELLI, T. O. 1978. *História da Educação no Brasil*. 25 ed. Petrópolis: Vozes.
- ROSSINE, S. M. A. 2001. *Pedagogia Afetiva*. Rio de Janeiro: Vozes.
- SOUZA, A. R. 2007. *Perfil da Gestão da Escola no Brasil*. São Paulo. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, 302p.

RESUMO

A família e a escola juntas formam umas das bases principais de sustentação para a formação humana. Esse estudo objetiva-se em assegurar que a participação familiar na educação dos filhos deve ser assídua e de forma consciente. Quanto maior for a parceria entre as duas, os resultados serão melhores e expressivos na formação do indivíduo. Essa atitude deve partir da compreensão que essa parceria de escola e sociedade é de grande relevância para que seres humanos sejam formados para o exercício da cidadania. Compreende-se que é necessária uma alteração nos conceitos centralizadores de gestão escolar, para uma gestão que tenha a participação da sociedade em geral. Este artigo destaca informações e reflexões, principalmente sobre a grande importância de uma gestão escolar descentralizada com ênfase da interação família e escola no processo ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: Gestão. Formação. Cidadania.

ABSTRACT

Family and school together form one of the main bases of support for human development. This objective is to study to ensure that family participation in the education of children must be

assiduously and conscientiously. The higher the partnership between the two, the results will be better and significant in shaping the individual. This attitude must start from the understanding that school partnership and society is of great importance for human beings to be trained for the exercise of citizenship. A change in centralizers concepts of school management to a management that has the participation of society in general is understood that is necessary. This article highlights information and reflections, especially on the great importance of a decentralized school management with an emphasis on family interaction and school in the teaching-learning process.

Keywords: Management. Formation. Citizenship.